



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 2.002, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1.989.

Regulamenta a arrecadação do Imposto sobre -
Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Ga-
sosos de que trata a Lei nº 685, de 15 de de-
zembro de 1.988.

ANTONIO CARLOS OLIVEIRA RIBAS DE ANDRADE, Pre-
feito Municipal de Cajamar, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições le-
gais,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I

ARRECADAÇÃO

Artigo 1º - O contribuinte ou responsável nes-
sa condição, deve recolher o imposto, independentemente de notificação, até o
dia 15 do mês seguinte ao das vendas.

§ 1º - As distribuidoras de gás liquefeito de
petróleo (GLP) ou seus depositários deverão reter o valor do imposto quando -
efetuarem vendas a contribuintes cuja atividade principal não seja a de comér-
cio de gás.

§ 2º - Para o cálculo da retenção do imposto,
aplicar-se-ão as alíquotas fixadas no artigo 3º sobre o preço de venda fixado'
pelo Conselho Nacional de Petróleo - CNP.

§ 3º - O valor do imposto retido deverá ser -
recolhido nos mesmos prazos estabelecidos no "caput" deste artigo.

§ 4º - A Diretoria de Finanças instituirá for-
mulário próprio para o recolhimento do imposto.

Artigo 2º - A base de cálculo do imposto é o
valor da venda do combustível no varejo, incluídas as despesas adicionais debi-
tadas pelo vendedor ao comprador.

§ 1º - O montante do imposto integra a base -
de cálculo a que se refere este artigo, constituindo o respectivo destaque, me-
ra indicação para fins de controle.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 2º - Na falta do preço, ou não sendo ele - desde logo conhecido, será adotado o corrente na praça.

§ 3º - Na hipótese de cálculo efetuado na - forma do parágrafo anterior, qualquer diferença de preço que venha a ser efetivamente apurada acarretará a exigibilidade do imposto sobre o respectivo mon-- tante.

§ 4º - Inexistindo o preço corrente na praça, será ele fixado:

I - Pela autoridade fiscal, mediante estimativa dos elementos conhecidos ou apurados;

II - Pela aplicação do preço indireto, estimado em função do proveito e utilização do produto.

Artigo 3º - Para o cálculo do imposto apli-- car-se-ão ao preço definido pelo artigo anterior, as seguintes alíquotas:

I - 3% (três por cento) sobre as vendas de gás liquefeito de petróleo para uso não doméstico;

II - 3% (três por cento) sobre as vendas dos demais combustíveis, exceto óleo diesel.

Artigo 4º - A incidência do imposto independe:

I - Da existência de estabelecimento fixo;

II - Do cumprimento de quaisquer exigências' legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis.

Parágrafo Único - A existência do estabelecimento de venda de combustível é indicada pela conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:

I - Manutenção do pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à venda de combustíveis;

II - Estrutura organizacional ou administrativa;

III - Inscrição nos órgãos previdenciários;



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

IV - Indicação como domicílio fiscal para outros tributos;

V - Permanência ou ânimo de permanecer no local para exploração econômica de atividade de venda de combustíveis, exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondências, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do vendedor, representante ou preposto.

Artigo 5º - São pessoalmente responsáveis:

I - A pessoa jurídica resultante de fusão, transformação ou incorporação pelos débitos das sociedades fusionadas, transformadas ou incorporadas, existentes à data daqueles atos.

II - A pessoa natural ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, pelos débitos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

a) integralmente, se o alienante cessar a exploração da atividade,

b) subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na atividade ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou outro ramo.

Parágrafo Único - O disposto no inciso I aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual.

CAPÍTULO II

Seção I

Livros Fiscais

Artigo 6º - O sujeito passivo fica obrigado a manter, em cada um de seus estabelecimentos obrigados à inscrição, o Livro - Registro de Controle de Movimento Diário, Estoque e Apuração.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo Único - O Livro Registro de Controle de Movimento Diário, Estoque e Apuração é de uso obrigatório para todos os vendedores de combustível líquido e gasoso, obedecendo ao modelo a ser instituído pela Diretoria de Finanças.

Artigo 7º - A escrituração do livro fiscal - deve seguir as seguintes normas:

I - O lançamento será feito diariamente, em ordem cronológica;

II - As folhas terão escrituração totalizada e encerrada por mês de incidência, devendo o registro referente ao mês subsequente iniciar-se na folha seguinte;

III - Cada tipo de produto deverá ter os lançamentos escriturados em folhas próprias.

Artigo 8º - Considera-se devidamente escriturado o livro fiscal cujos lançamentos forem efetuados com estrita observância do disposto nos artigos anteriores.

Parágrafo Único - Nos meses em que não houver movimento, este fato deve ser expressamente registrado no livro fiscal, - obedecendo o disposto no artigo seguinte.

Artigo 9º - Os lançamentos no livro fiscal - serão feitos com clareza, não podendo a escrituração atrasar-se por mais de 15 (quinze) dias.

Artigo 10 - O livro fiscal, que será impresso e de folhas numeradas tipograficamente, em ordem crescente, só pode ser usado depois de autenticado pelo Setor de Tributos Mobiliários da Prefeitura.

§ 1º - O livro fiscal deve ter as folhas costuradas e encadernadas de forma a impedir sua substituição.

§ 2º - Salvo a hipótese de início de atividade, o livro novo somente será visado mediante a apresentação do livro anterior a ser encerrado.

§ 3º - Para os efeitos do parágrafo anterior, o livro a ser encerrado será exibido ao Setor de Tributos Mobiliários dentro - de 10 (dez) dias após se esgotar.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 4º - Não se considera devidamente autenticado o livro fiscal que possua registro em órgão público diverso daquele designado para tal fim pela Diretoria de Finanças.

Artigo 11 - Os contribuintes que mantiverem mais de um estabelecimento, seja filial, sucursal, agência, depósito, ou outro qualquer, manterão, em cada um deles, escrituração, em livros distintos.

Parágrafo Único - É permitida a centralização de escrituração fiscal mediante prévia autorização da Diretoria de Finanças.

Artigo 12 - Os livros fiscais não podem ser retirados do estabelecimento, salvo para serem levados à repartição fiscal ou ao escritório do profissional contabilista da empresa, na forma e condições fixadas pela Diretoria de Finanças.

Parágrafo Único - Presume-se retirado do estabelecimento o livro que, estando em poder do profissional contabilista não for colocado à disposição da fiscalização, na empresa ou na repartição, dentro de 5 (cinco) dias a contar da notificação expressa, procedida por agente fiscal.

Artigo 13 - Os estabelecimentos gráficos somente podem confeccionar livros fiscais mediante prévia autorização do órgão competente da Diretoria de Finanças.

Parágrafo Único - A autorização é concedida por solicitação do estabelecimento gráfico através do formulário "Autorização para Impressão de Documentos Fiscais".

Artigo 14 - Nos casos de perda ou extravio de livros fiscais, pode a autoridade fiscal intimar o contribuinte a comprovar o montante das vendas de combustíveis escrituradas ou que deveriam ter sido escrituradas nesses livros, para efeito de verificação do pagamento do tributo.

§ 1º - Se o contribuinte se recusar a fazer a comprovação ou não puder fazê-la, ou ainda, se for considerada insuficiente, o montante das vendas será arbitrado pela autoridade fiscal, pelos meios ao seu alcance, devendo o imposto correspondente, deduzido o valor dos recolhimentos efetuados, ser pago dentro de 10 (dez) dias, contados da intimação.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 2º - O pagamento do tributo não elidirá a aplicação, ao contribuinte, das penalidades em que estiver incurso.

Artigo 15 - Os livros fiscais e comerciais - são de exibição obrigatória ao Fisco, devendo ser conservados, por quem deles tiver feito uso, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados do encerramento.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito do Fisco de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos fiscais ou comerciais dos vendedores de combustíveis.

Artigo 16 - O contribuinte do imposto fica obrigado a apresentar à repartição fiscal competente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da cassação de atividade, os livros fiscais, a fim de serem lavrados os termos de encerramento.

Seção II

Normas Comuns aos Documentos Fiscais

Artigo 17 - Os estabelecimentos gráficos somente podem confeccionar os documentos fiscais mediante prévia autorização do órgão competente da Diretoria de Finanças.

§ 1º - A autorização é concedida por solicitação do estabelecimento gráfico, mediante preenchimento da "Autorização para Impressão de Documentos Fiscais".

§ 2º - O disposto neste artigo aplica-se, também, aos contribuintes que confeccionam seus próprios impressos para fins fiscais.

Artigo 18 - Da Nota Fiscal de Serviços, emitida pelos estabelecimentos gráficos para acompanhar os documentos fiscais por eles confeccionados para terceiros, devem constar obrigatoriamente, a natureza, espécie, quantidade, data e número desses documentos.

Artigo 19 - Os documentos fiscais, obedecendo as disposições deste Decreto, serão extraídos por decalque a carbono ou em papel carbonado, com os dizeres e indicações facilmente legíveis em todas as vias.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 1º - São considerados inidôneos os documentos fiscais que contenham indicações inexatas, emendas ou rasuras que lhes prejudiquem a clareza.

§ 2º - Outras indicações, além das expressamente exigidas, podem ser feitas nos documentos fiscais, observado o disposto no parágrafo anterior.

Artigo 20 - As diversas vias dos documentos fiscais não se substituem em suas respectivas funções.

CAPÍTULO III

Regimes Especiais de Controle de Fiscalização

Artigo 21 - A Diretoria de Finanças, no interesse do Fisco ou dos contribuintes, pode estabelecer, de ofício ou a requerimento do interessado, regime especial, tanto para o pagamento do tributo, como para a emissão de documentos e escrituração de livros fiscais.

Parágrafo Único - O despacho que conceder regime especial esclarecerá quais as normas especiais a serem observadas pelo contribuinte, advertindo, ainda, que o regime poderá ser, a qualquer tempo e a critério do Fisco, alterado ou suspenso.

Artigo 22 - Quando o contribuinte deixar, reiteradamente, de cumprir as obrigações fiscais, a Diretoria de Finanças poderá impor-lhe regime especial para cumprimento dessas obrigações, determinando as medidas julgadas necessárias para compelir o contribuinte à observância da legislação municipal.

Parágrafo Único - O ato que instituir o regime especial fixará o período de sua vigência, alertando que as regras impostas poderão ser alteradas, agravadas ou abrandadas, a critério do Fisco.

Artigo 23 - Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização, o Executivo poderá exigir a adoção de instrumentos ou documentos especiais necessários à perfeita apuração das vendas realizadas, da receita auferida e do imposto devido.



Prefeitura do Município de Cajamar

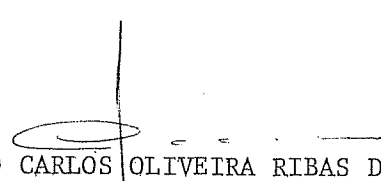
ESTADO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO IV

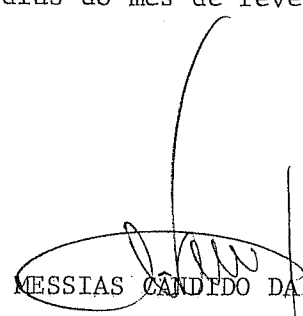
Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 24 - Aos casos omissos serão aplicadas, relativamente ao tributo, as disposições da legislação municipal que rege o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e, quanto aos preços de venda a varejo dos combustíveis, as normas fixadas pelo Conselho Nacional de Petróleo.

Artigo 25 - Este Decreto entrará em vigor - na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


ANTONIO CARLOS OLIVEIRA RIBAS DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Diretoria Administrativa desta Prefeitura Municipal, aos dez dias do mês de fevereiro do ano - de mil novecentos e oitenta e nove.


MESSIAS CÂNDIDO DA SILVA
Diretor Administrativo
em exercício